

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.797 - FR (2019/0212953-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
JUSROGANTE : TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE PARIS
INTERES. : PATRICK DAUGA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : S.A. ALTRAN TECHNOLOGIES
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça francesa solicita que se proceda à intimação da parte interessada de acórdão proferido pelo Juízo rogante em processo civil (fls. 12-13).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fls. 47-48.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* (fl. 53).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 56).

É o relatório. Decido.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

